

REFORMULAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
IBGE - MISSÃO TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO



13237001-8 116 E

BNDES
AP/COPEO
Centro de Pesquisas
e Dados

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
GEDOC
ARQUIVO

~~BANCO NACIONAL DO
BIBLIOTECA
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO~~

REFORMULAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO
F-8768

132370018
BNDES
AP/COPEO

REFORMULAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(IBGE - MISSÃO TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO)

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1964

Senhor Presidente:

Na qualidade de representante dêste Banco junto à Missão Tulo Hostílio Montenegro, tenho a satisfação de encaminhar a V. S.^a as sugestões do Grupo de Trabalho constituído no Departamento Econômico sôbre a reformulação do sistema estatístico brasileiro e as necessidades de dados estatísticos para a programação global, setorial e regional do desenvolvimento econômico.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. S.^a os nossos protestos de estima e consideração.

PROFESSOR JESSÉ MONTELLO

Ilm^o Sr.
Dr. TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO
DD. Presidente da Missão Tulo Hostílio Montenegro

NOTA PRÉVIA

As responsabilidades do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico no exame sistemático de programas de investimentos setoriais e regionais, obrigam-no a permanentes solicitações ao sistema estatístico nacional, que põem em evidência sua debilidade. O descompasso entre as necessidades de informações e dados sobre fatos econômicos e sua real disponibilidade foi objeto de discussão sistemática no I Seminário de Estatística (Dezembro 1958), e no Grupo de Trabalho da COPLAN, constituído pelo Decreto 1.283, de junho de 1962.

A maioria das recomendações apresentadas naquelas duas oportunidades, em particular quanto às sugestões indicadas no trabalho da COPLAN, reveste-se de total atualidade, e merecerá, sem dúvida, a cuidadosa atenção da Missão TULO HOSTILIO MONTENEGRO, organizada pela atual administração superior do IBGE.

Valeria, no entanto, destacar, desde já, dois planos para discussão dos problemas relativos ao aperfeiçoamento do atual sistema estatístico nacional. O primeiro deles diz respeito à fixação de bases para a reformulação do sistema, objetivando dar-lhe nova estrutura administrativa, prevendo inclusive fontes de recursos, de caráter permanente e com capacidade suficiente para oferecer ao novo sistema os meios indispensáveis a sua operação eficiente.

O segundo aspecto cuja importância dispensa maiores especulações, e o da necessidade de ser fixado, em nível nacional, um PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, que deverá revestir-se das características de planejamento diretor das atividades do sistema estatístico nacional. A elaboração do referido PLANO foi objeto de atenção das duas iniciativas citadas anteriormente - o Seminário de Estatística e o Grupo de Trabalho da COPLAN.

Para maior clareza da exposição, as sugestões oferecidas foram grupadas em duas categorias, embora complementares, reunindo-se na primeira aquelas concernentes à organização administrativa; e, na segunda, aquelas indicações e recomendações que parecem relevantes na preparação do que se convencionou designar de Plano Estatístico Nacional.

O prazo exíguo de que dispõe, não permitiu ao D. E. aprofundar ou detalhar as proposições oferecidas à Missão Tulo Hostilio Montenegro. Limitou-se, pois, a apresentá-las em suas linhas mais gerais.

II - REFORMULAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL: BASES

As recomendações do Seminário de Estatística, patrocinado pela Confederação Nacional de Indústria, e do Grupo de Trabalho da COPLAN satisfazem plenamente, como ponto de parti

da para redação de anteprojeto-de-lei. A centralização dos levantamentos estatísticos, a separação precisa entre as atividades estatísticas, propriamente ditas, das de caráter geográfico, com a criação do INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA - IBE, as sugestões de se estabelecer um Fundo de Estatística, ou fonte própria e suficiente de recursos que possibilite a consolidação e desenvolvimento do novo IBE, a definição de prioridades para os levantamentos estatísticos, são teses válidas e atuais.

O IBE deveria ser um órgão centralizador diretamente responsável por todas as estatísticas básicas nacionais, indispensáveis ao planejamento e ao controle da execução dos programas nacionais de desenvolvimento econômico e social e a segurança nacional, em particular, nas fases de coleta, apuração e divulgação. Desse modo os levantamentos promovidos pelos serviços ministeriais que hoje integram o sistema deveriam passar para o âmbito exclusivo do novo Instituto, ficando esses órgãos encarregados de análise estatística e estudos especializados de interesse exclusivo das respectivas unidades administrativas.

Para a realização desse objetivo deveria o IBE aperfeiçoar os seus métodos de levantamentos estatísticos, adotando sempre que conveniente, métodos de amostragem. Nos últimos tempos os levantamentos por amostragem não têm sido utilizados pelo IBGE na sua máxima potencialidade. Há dados e informações que somente por esse método poderão ser obtidos com tempo suficiente para serem utilizados. Exemplos a serem lembrados para aplicação desse método de trabalho são os de coleta e apuração da estatística industrial e agrícola, cujos resultados não têm sido oferecidos com a presteza e particularização desejada a interpretação e formulação de programas e projetos de investimentos nos dois setores de atividade econômica.

O IBE teria de contar com pessoal habilitado em problemas de amostragem, econometria, demografia, estatística de alto nível, programadores de computadores eletrônicos e técnicos capazes de cooperar, como consultores permanentes, na fase de planejamento e crítica de levantamentos especializados. Os limitados recursos e a forma de remuneração em vigor no Instituto não lhe permitem reter o pessoal qualificado em seus quadros, muito embora já disponha o País de elementos identificados com aqueles problemas, graças, principalmente ao trabalho persistente realizado pela Escola Nacional de Estatística e a experiência do Centro de Processamento de Dados do Serviço Nacional de Recenseamento.

Outra observação a registrar para a reformulação da atual estrutura do IBGE, calcada em esquema de cooperação intergovernamental e coordenado com apoio dos órgãos filiados e repartições ministeriais, seria a centralização dos levantamentos de interesse geral. Além da centralização de fase de coleta, já praticamente feita pelas agências municipais e inspetorias regionais, e da fase de apuração mecânica, ter-se-ia também o cuidado de organizar no IBE uma unidade própria para a crítica e análise dos resultados finais, testando-os quanto a consistência em relação aos demais levantamentos realizados pelo Instituto. Tal controle estatístico poderia ser realizado com relativo êxito através da construção e atualização de uma tabela de insumo-produto, na qual se revelaria toda a interdependência da estatística econômica. Nos demais setores objeto da indagação estatística,

métodos semelhantes poderiam oferecer indicações mais precisas sobre a validade dos resultados e, em boa medida, para o planejamento posterior de questionários, tabulações e outras fases de levantamentos tradicionais.

A construção de uma tabela de insumo-produto daria a oportunidade de testar classificações de atividades e produtos, esforçando-se para uma uniformização ou uma correspondência mais efetiva de resultados divulgados em classificações diversas. No que respeita a estatística econômica, propriamente dita, a articulação e consistência de resultados oferecidos pela referida tabela de insumo-produto, recomenda que tal tarefa seja considerada dentro de unidade própria do IBE como estudo prioritário.

O funcionamento do novo Instituto, se possível desligar das atividades do Conselho Nacional de Geografia, reclamaria uma organização, cujos traços gerais fixamos a seguir. Coincide a presente proposição com teses discutidas e aconselhadas no relatório final do GT organizado na COPLAN.

Organização do IBE - O Instituto merece ter uma razoável flexibilidade administrativa, consolidando dessa forma sua posição de entidade autárquica federal. Quatro unidades auxiliares deveriam ter uma flexibilidade industrial bem mais ampla, organizando-se dessa forma como empresa estatal o Serviço Gráfico, o Centro de Processamento de Dados, a funcionar como central de apuração mecânica, o Centro Nacional de Documentação a ser estruturado em comum entendimento com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e, finalmente, como Fundação a atual Escola de Ciências Estatísticas organizada com mais recursos para a missão de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

O organograma indica as linhas gerais a serem consideradas, excluindo-se outras indicações em nível departamental. O ideal seria que a lei delegasse ao Conselho Deliberativo poderes para dar as unidades industriais, a Fundação e a Secretaria Executiva a sua organização e estruturação interna.

O Departamento de Censo seria destinado especialmente à realização dos levantamentos demográficos e econômicos de caráter nacional e de amplitude censitária, compreendendo todo o universo. Ficaria o Departamento com a incumbência do atual Serviço Nacional de Recenseamento.

O Departamento de Amostragem envidaria esforços no sentido de promover os levantamentos contínuos e periódicos, onde a amostragem constituiria o principal método de trabalho. Cuidaria este Departamento de todas as séries contínuas, como, por exemplo, daquelas constantes das denominadas "Campanhas Estatísticas". Todo este levantamento estaria, porém, subordinado ao Programa Nacional de Estatística anualmente fixado pelo Conselho Deliberativo do IBE. A exemplo do Departamento do Censo também esta unidade departamental teria o cuidado de apenas planejar, orientar coleta, criticar, programar tabulações, reservando, no entanto, o trabalho da apuração mecânica para a unidade industrial a ser organizada em separado.

O Departamento de Estudos e Análises teria como principal incumbência a análise da consistência dos levantamentos promovidos pelo IBE, reunindo em programa comum a reelaboração de estatísticas básicas, na forma de índices, indicadores, estimativas e pesquisas de interesse para a interpretação dos principais fenômenos investigados. A elaboração de um quadro de insumo-produção, conforme acentuado anteriormente, constituirá tarefa prioritária deste Departamento, como principal instrumento para verificar a consistência dos resultados obtidos nos diferentes levantamentos estatísticos coordenados pelo IBE e outras fontes paralelas.

O Departamento de Documentação e Divulgação reuniria em escala de recursos maiores todas as tarefas atuais da Diretoria de Documentação e Divulgação da atual estrutura do IBGE. O Centro Nacional de Documentação e o Serviço Gráfico a serem organizados como unidades industriais facilitariam e cooperariam com o trabalho do Departamento.

As unidades a serem organizadas como entidades auxiliares do IBE teriam forma jurídico-administrativa a mais flexível possível, de modo que pudessem cumprir as suas finalidades. O Centro Nacional de Documentação funcionaria como editora das publicações do IBE, divulgando resultados parciais e finais de levantamentos realizados e atendendo a consultas bibliográficas e pedidos de natureza técnica, além de possibilitar ao governo e entidades privadas o acesso a documentação que se reuniria de forma sistemática. A documentação a colecionar deverá estar vinculada aos campos e aspectos objeto da indagação estatística.

O Serviço Gráfico já constitui, na atual estrutura do IBGE, uma unidade industrial. Sua organização como empresa vinculada ao IBE para efeito de controle de operações nada mais seria que confirmar situação de fato já existente.

O Centro de Processamento de Dados, organizado como empresa, para atendimento de serviços de apuração mecânica do IBE e de terceiros, significaria uma possibilidade de utilizar mais intensivamente o equipamento disponível nos órgãos que compõem o atual IBGE.

O atual Centro de Processamento de Dados, hoje formando parte do Serviço de Recenseamento, constitui o embrião para a grande central de apuração mecânica do IBE. Tal recomendação consta dos trabalhos do Seminário de Estatística do GT da COPLAN. De acordo com a organização que se propõe, todas as tarefas de programação dos trabalhos de perfuração, tabulação e crítica seriam de responsabilidade dos Departamentos Técnicos do IBE. Competiria ao Centro o encargo fundamental de promover exclusivamente as apurações mecânicas solicitadas, as quais, tanto quanto possível já estariam previamente planejadas e estudadas pelos órgãos técnicos da Secretaria Executiva.

A Fundação Escola Nacional de Ciências Estatísticas, com esta nova personalidade jurídica, disporia da flexibilidade necessária para ampliar as suas atividades. A mobilidade administrativa permitida pela figura da Fundação, poderia transformar a Escola no grande centro nacional de treinamento e aperfeiçoamento de estatísticos.

Recursos e direção do IBE - A fim de assegurar a execução do programa centralizado e ampliado, ter-se-ia que aumentar substancialmente a dotação atual de recursos do IBGE, dando-lhes, ademais, bases sólidas e permanentes. A instituição de um Fundo Nacional de Estatística, recomendado nos estudos do GT/COPLAN e uma ideia a ser explorada.

Quanto à direção do novo Instituto, as sugestões lembradas são as de dar a um Conselho Deliberativo a responsabilidade de definir e aprovar o Plano Nacional de Estatística, atualizado anualmente. A versão preliminar do Plano será atribuição de uma Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo, e representaria a soma dos programas específicos elaborados por Comissões Técnicas especializadas, que ouviriam os principais órgãos públicos e privados que necessitam, habitualmente, de dados estatísticos para orientação de suas atividades.

O Conselho Deliberativo do IBE se constituiria de um representante de cada Ministério e cinco representantes dos órgãos consumidores da estatística, estes com renovação periódica, preferentemente a cada dois anos. O Presidente do IBE seria também o Presidente do Conselho.

III - DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A elaboração de um programa nacional de estatística, que obedeça a um escalonamento de objetivos prioritários, que determine o campo de investigações, bem como a profundidade dos dados e informações que se pretende coligir, só pode ser feita após se conhecer o montante dos recursos financeiros disponíveis para a sua execução e a estrutura administrativa do sistema. Uma vez conhecidos estes elementos delimitadores da ação do IBGE, seria possível demarcar os limites do Plano.

Seria de todo conveniente, todavia, que um trabalho preparatório, independentemente das providências que se vierem a adotar para a reorganização administrativa do Instituto, tivesse lugar o quanto antes.

Uma Comissão Especial organizada pelo próprio IBGE poderia conduzir a uma previa identificação de necessidades e problemas estatísticos tanto de produtores quanto de usuários. A agenda para os trabalhos dessa Comissão poderia ser calcada no roteiro seguido pelo Grupo de Trabalho da COPLAN, que figura em anexo. A referida listagem de séries prioritárias para o Plano Nacional de Estatística foi examinada e discutida em Assembleia Geral do IBGE.

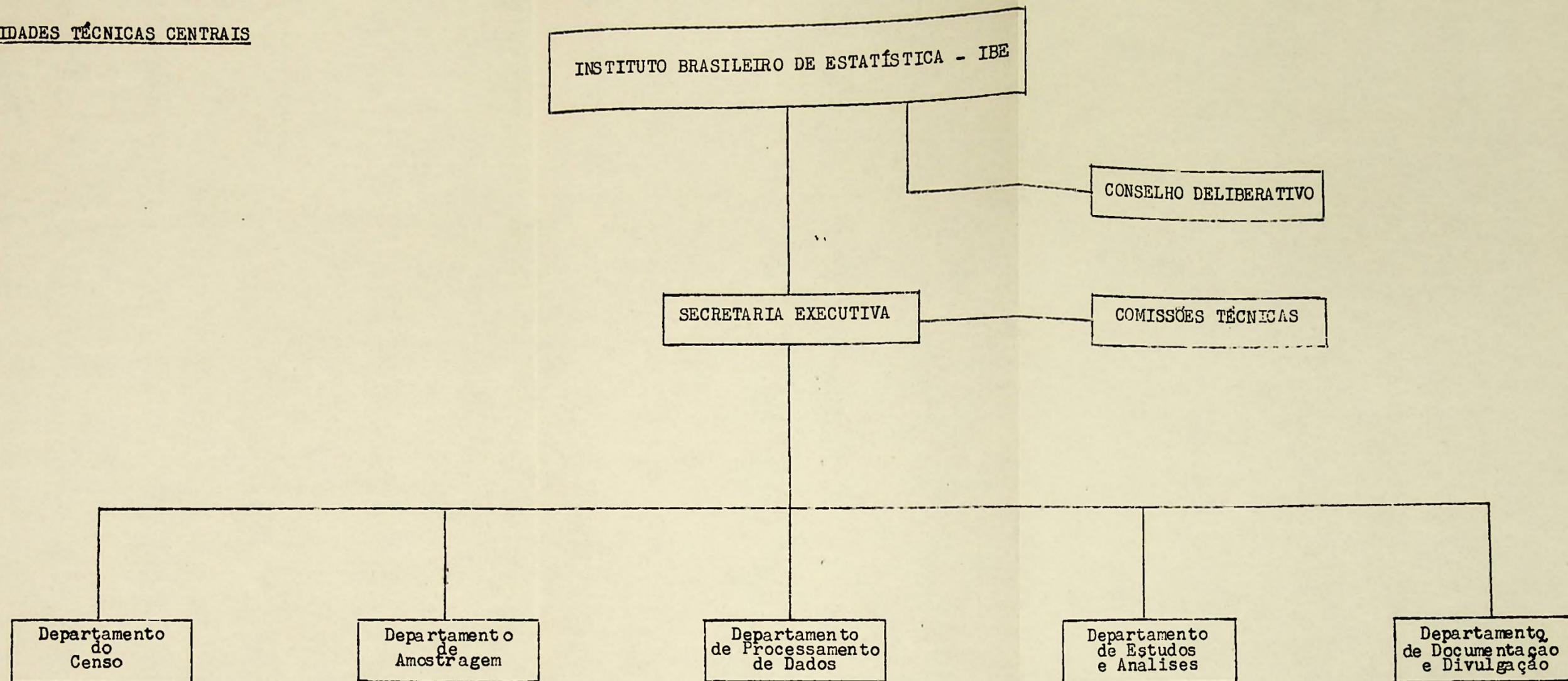
Além das séries recomendadas e constantes do Anexo há outros problemas também importantes para a formulação do Plano Nacional de Estatística, que não foram considerados nos parágrafos precedentes.

Obrigatoriedade do Informante - Reputa-se de extraordinária significação para o sucesso do Plano, tornar-se obrigatório, para o informante, o preenchimento do questionário ou o fornecimento de dados solicitados. Um certificado liberatório, restrições quanto ao recebimento de favores fiscais e creditícios por parte do governo, participação em concorrências públicas, são alguns dos muitos instrumentos capazes de dar força a condição de obrigatoriedade.

Intensificar o Aproveitamento de Registros e Levantamentos Estatísticos Tradicionais - A riqueza de material informativo constante das apurações e registros realizados para outros fins que não estatísticos recomenda como norma geral, intensificar a sua utilização sem individualizações ou particularizações impraticáveis, em face da natureza dos elementos coligidos, muitos dados coletados e hoje inaproveitados teriam, se convenientemente apurados, grande significação para o Governo e, mesmo, para organizações privadas. Mencionem-se, a propósito, os dados relativos à arrecadação de impostos, elementos cadastrais, estatísticas da previdência social, etc.

Indicam-se, a seguir, alguns fatos e fenômenos econômicos, fundamentais para a análise e a programação econômica - global, setorial e regional - cuja intensidade e tendências deveriam constituir objeto de preocupação permanente na elaboração do Plano Nacional de Estatística.

- UNIDADES TÉCNICAS CENTRAIS



- ÓRGÃOS REGIONAIS

Sistema de Coleta

Delegacias Regionais N, Ne, Se, CO e S

Inspetorias Estaduais

Agências Municipais de Estatística

Órgãos Filiados e Cooperantes Eventuais

- UNIDADES AUXILIARES

- Unidades Industriais:

Serviço Gráfico

Centro de Processamento de Dados

Centro Nacional de Documentação

- Fundação: Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A - LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS PARA A ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO GLOBAL DA ECONOMIA NACIONAL

1. Séries Macroeconômicas:

- (a) Produto Interno Bruto industrial a preços correntes e a preços constantes, setorialmente, estimando-se, pelo menos, os seguintes destinos: vendas intermediárias, (não discriminadas), para consumo, destinadas a formação bruta de capital fixo, para exportação e vendas totais;
- (b) Despesa Nacional Bruta a preços correntes e a preços constantes;
- (c) Distribuição da Formação Bruta de Capital Fixo por ramo de atividade, a preços correntes e a preços constantes (estimativa - de despesas em "construção" efetuada por levantamento direto);
- (d) Distribuição do Consumo Privado por grupos principais de renda e por áreas geográficas, a preços correntes e a preços constantes (efetuada por levantamento direto);
- (e) Distribuição da Renda Nacional, por informação direta, nos itens de salários, poupanças de empresas (por tipos), rendimentos de propriedade das unidades familiares;
- (f) Distribuição de Receitas e Despesas correntes e de Capital do Sector Governo, por categorias econômicas e funcionais;
- (g) Contas Sociais de Produção dos Setores citados por área geo-econômica: Agropecuária, indústrias:
 - (1) Fabricação de Cimento;
 - (2) Metalúrgica:
 - 2.1 Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos;
 - 2.2 Não-ferrosos;
 - 2.3 Forjaria e Fundição;
 - 2.4 Elaboração de Produtos em altos-fornos;
 - 2.5 Estamparia, funilaria, latoaria;
 - 2.6 Serralheira, caldearia, recipientes de aço;
 - 2.7 Processos metalúrgicos diversos.
 - (3) Mecânica:
 - 3.1 Fabricação de máquinas motrizes não elétricas e aparelhos p/transmissão;
 - 3.2 Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações hidráulicas, termicas, de ventilação e de refrigeração;
 - 3.3 Máquinas-ferramentas;
 - 3.4 Máquinas e aparelhos p/agricultura e indústrias rurais.

(4) Material Elétrico e Material de Comunicações:

- 4.1 Material Elétrico;
- 4.2 Aparelhos Elétricos;
- 4.3 Material de Comunicações.

(5) Material de Transporte:

- 5.1 Motores marítimos, construção e reparação de em barcações;
- 5.2 Material Ferroviário;
- 5.3 Veículos Automotores;
- 5.4 Tratores não-agrícolas e Maq. de Terraplenagem.

(6) Papel e Papelão:

- 6.1 Celulose e Pasta Mecânica
- 6.2 Papel e Papelão.

- (7) Borracha
- (8) Química
- (9) Textil
- (10) Produtos Alimentares
- (11) Construção Civil

- (h) Enumeração do Capital Real existente (valor atual) por intervalo de vida provável e por região econômica;
- (i) Energia elétrica consumida e produzida. Serviços públicos e autoprodutores. Potência instalada;
- (j) Série estatística das poupanças autônomas dos Setores Em famílias, Governo, Empresas e Resto do Mundo;
- (l) Relação dos deficits e das receitas da União e de tôdas as entidades paraestatais;
- (m) Estatística de desemprego nos centros urbanos e no campo;
- (n) Estatística das disponibilidades florestais por espécie.

B - LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS PARA A ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO SETORIAL

B - I. Inquéritos Rotineiros, a serem promovidos semestralmente:

1. Produção física e capacidade instalada de produção, segundo as diversas linhas de produção (esclarecendo sobre os turnos de trabalho e sua duração), discriminadas segundo as unidades da federação;
2. Vendas, segundo os setores consumidores (quantidade e valor);
3. Distribuição das vendas, segundo as unidades da federação;
4. Consumo de matérias-primas (quantidade e valor);
5. Consumo de combustíveis em geral (quantidade e valor);
6. Consumo de energia elétrica (quantidade e valor);
7. Potência instalada e aplicada;
8. Número de empregados, segundo o grau de qualificação; e salários pagos; homem-hora admitidos e demitidos;
9. Média mensal do pessoal ocupado.

B - II. Inquéritos Especiais (que seriam realizados com diferentes periodicidades, dependendo da oportunidade, e da prioridade a ser atribuída a cada grupo de indústria)

- Tais inquéritos deveriam ser levados a efeito pelo processo de amostragem e para algumas categorias de indústrias, indagando aspectos de importância. Como exemplo, pode ser lembrado inquérito sobre:
 - A natureza, composição - segundo a idade - do estoque de capital do setor industrial (situação do parque de máquinas e equipamentos);
 - A divulgação de levantamentos industriais para aqueles Estados de maior importância (São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, etc.) deveria descer a maior detalhamento, com a especificação não apenas das classes e gêneros de indústrias, mas, também, dos grandes grupos e dos grupos de indústrias.

B - III. Planos de Aquisição (ou Investimentos) - pesquisa de caráter permanente, referindo-se, em qualquer hipótese, a semestres:

1. Investimentos realizados no semestre imediatamente anterior a pesquisa, discriminados segundo máquinas e equipamentos, e construção civil; indicação, no item de máquinas e equipamentos, indicação dos recursos utilizados (nacionais - próprios ou de terceiros -, e estrangeiros); no item de construção civil, indicar apenas o volume e seu valor em cruzeiros);
2. Levantamento das aquisições programadas no setor para o semestre imediatamente posterior, contemplando os seguintes pontos:
 - a) - valor das aquisições de máquinas e equipamentos, discriminadas segundo sua origem nacional ou estrangeira; fontes de recursos previstas para a realização das aquisições, isto é, recursos nacionais (próprios ou de terceiros), e recursos estrangeiros;
 - b) - indicação das finalidades das aquisições, a notadas no item a acima: se para reposição de material em desgaste ou para ampliação de capacidade de produção;
 - c) - valor e volume dos investimentos em construção civil.

C.- LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS PARA A ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO REGIONAL

As necessidades de informações estatísticas para análise de problemas regionais sugerem modificações nos tradicionais criterios vigentes no planejamento do sistema estatístico nacional.

Os tópicos de maior interesse a considerar no planejamento estatístico para fins de interpretação das economias regionais são os seguintes:

- a) caracterização das estruturas regionais, identificando setores e fatores responsáveis pelo desenvolvimento de cada area;
- b) indicadores representativos do comportamento da economia regional;
- c) definição do grau de interdependência regional, estabelecido com apoio das estatísticas de transporte, comercio por vias internas e interfluxos regionais financeiros.

Para atender aqueles problemas constantes no plano de estudos regionais o principal problema a ponderar é, o de considerar retabulações para aspectos pertinentes a cada area. Os levantamentos já realizados em escala nacional dão suficiente informação básica para aproveitamento nacional dos dados reclamados.

Como primeira prioridade vale destacar nos trabalhos do sistema estatístico nacional as seguintes tarefas:

1. Reclassificação para grandes regiões:

Aprovar, para fins estatísticos, ad referendum, da Assembléia Geral do I.B.G.E., nova classificação de grandes regiões, adaptando-a as áreas-problema, objeto de programas federais específicos:

Norte: Territórios, Acre e Pará

Nordeste: Maranhão até Bahia

Centro-Oeste: Brasília, Mato Grosso e Goiás

Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo.

Extremo-Sul: Paraná a Rio Grande do Sul.

Na revisão da atual divisão regional do Brasil, parece prudente ter em conta as subdivisões e divisões regionais que vem sendo adotadas nos ultimos anos, quando o govêr

no Federal ou iniciativas interestaduais cogitam de enfrentar problemas de desenvolvimento de áreas-problemas. Entre essas áreas mais características, que têm inclusive, forçado os órgãos de informação estatística a uma retabulação dos resultados tradicionais apurados e divulgados, destacam-se as seguintes grandes regiões:

- I) NORTE - área amazônica definida para atuação da SPVEA, SNAPP, INPA e BCA - compreende a grande região norte, com os três estados Acre, Amazonas e Para, além dos Territórios Federais.
- II) NORDESTE - área coincidindo com outras delimitações como a do Vale do São Francisco para Cia. do Vale do São Francisco e a do Polígono das Secas para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. A grande região de interesse para a tabulação de dados compreende do Maranhão a Bahia. Este tem sido o critério da SUDENE e do BNB, na oportunidade de retabular o material informativo disponível sobre a região sob a sua influência.
- III) EXTREMO-SUL - considerando apenas os três últimos estados sulinos. O Banco de Desenvolvimento do Sul e o Conselho do Desenvolvimento do Sul, órgãos interestaduais, com apoio federal identificam esta grande área como um todo homogêneo. Superpõe-se a subáreas organizadas com critério diverso, tal como a Superintendência da Fronteira do Sudoeste e a área da Bacia Parana-Uruguaí.
- IV) CENTRO-OESTE - embora ligada à região amazônica segundo o preceito legal que definiu a ação da SPVEA, tem suas características próprias e homogêneas aceitas no projeto do CÔDECO - Conselho do Desenvolvimento do Centro-Oeste, e na ação da Fundação Brasil-Central e de outras iniciativas semelhantes.
- V) SUDESTE - a grande região econômica convencionalizada como abrangendo Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara. Nesta grande região há referências subáreas delimitadas como a do Vale do Paraíba do Sul e a do Vale do Rio Doce, onde programas federais têm curso e desenvolvimento regular, corresponde a região de maior desenvolvimento e para a qual se encontra a maioria dos pedidos de informações estatísticas.

Se qualquer modificação da atual divisão regional em grandes regiões levar na devida conta os criterios anteriormente lembrados ter-se-a, em totais normalmente divulgados, grande parte da informação reclamada pelos consumidores.

As atuais regiões Leste e Sul, não coincidem com as divisões adotadas pelas agencias necessitadas de dados sobre a estrutura economica regional.

2. Tabulações destacadas para áreas geo-econômicas representativas, à semelhança de estudos e apurações recentes do Serviço Nacional de Recenseamento, dedicadas a zonear informações dos principais centros industriais. Na estatística regular, os centros mais representativos devem ter tabulações particularizadas. Assim, por exemplo, os planos de tabulação da estatística mineral conviria destacar principais áreas produtoras para determinado grupo de minerios. O destaque regional poderia ter periodicidade variavel e obedecer a programas anuais prefixados.

3. Ampliar e prosseguir a série estatística de municípios das capitais, agrupando ao Município de Capital outros significativos e, inclusive aquêles geo-econômicamente dependentes. A fixação de "áreas metropolitanas" ou "zonas interdependentes" seriam estudadas pelos órgãos técnicos do C.N.G. e pelos usuários responsaveis de programas regionais.

4. Comércio por vias internas de todos os produtos agropecuários e industriais: promover em base de amostragem. Destacam os produtos-chave nas economias regionais, consolidando levantamentos já realizados sob coordenação da Diretoria de Levantamentos Estatísticos - DLE. Considerar no planejamento de pesquisa os grandes nucleos econômicos, que funcionam como centros de exportação e reexportação, bem como a estatística das empresas rodoviarias de carga.

5. Estatística de fluxos financeiros inter-regionais: aperfeiçoar dados disponíveis, registrando movimento de transferências bancarias, de modo a estabelecer de futuro, bases para balanços regionais de pagamento.

6. Investimentos públicos e privados, segundo regiões: consolidar informações esparsas, em obediência as recentes normas fixadas em lei para a classificação orçamentaria.

IBGE - CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Anexo à Resolução nº AG-814, de 21 de junho de 1963

SELEÇÃO DE ESTATÍSTICAS PARA FINS DE EXAME DAS POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO POR UM ESBOÇO DE ESTRUTURA DE UM SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL - (elaborado por Ovidio de Andrade Junior e Isaac Kerstenetzky)

A - ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS

I - Estatísticas Censitárias

1. Censos de população, executados em moldes equivalentes aos realizados em 1940, 1950 e 1960, com periodicidade decenal.
2. Censos prediais e domiciliares com periodicidade decenal, mais completos que o elenco de informações obtidas nos últimos censos, através de indagações limitadas aos domicílios ocupados por ocasião dos levantamentos censitários da população.
3. Censos econômicos
 - 3.1 - Censos agrícolas, com periodicidade decenal, possivelmente suplementados quinzenalmente por levantamentos parciais de áreas selecionadas, para aferição de variações estruturais.
 - 3.2 - Censos industrial, comercial, de serviços e de transportes e comunicações, com periodicidade quinzenal.

Os censos econômicos teriam o âmbito e a profundidade dos atualmente realizados, atendidos, na medida das conveniências nacionais, os conceitos e recomendações internacionais sobre a matéria.

II - Estatísticas Contínuas

	Periodicidade
1. População	
1.1 - Nascimento, óbitos e casamentos	- Anual
1.2 - Imigração e emigração	- Anual
1.3 - Migrações internas	- Anual
2. Trabalho	
2.1 - Ocupação não agrícola por atividade econômica	- Trimestral
2.2 - Salários dos empregados em ocupações não agrícolas, por atividade econômica	- Mensal
2.3 - Operário/horas em grupos selecionados da indústria	- Anual
2.4 - População economicamente ativa (elaboração através dos dados obtidos em 2.1 e 3.4). -	Anual
3. Agricultura	
3.1 - Área semeada, área colhida, rendimento e produção das principais culturas	- Anual (possivelmente, em dois períodos)
3.2 - Cabeças de gado, em determinada data, e abate efetuado no ano	- Anual
3.3 - Consumo de adubos e forragens	- Anual
3.4 - Ocupação agrícola	- Anual
3.5 - Preços médios pagos aos produtores dos principais produtos agrícolas	- Anual
4. Pesca	
4.1 - Equipamento	- Anual
4.2 - Ocupação	- Anual
4.3 - Produção	- Anual
4.4 - Preços médios pagos aos produtores	- Trimestral
5. Indústria: Mineração, de Transformação, construção civil e Serviços industriais de utilidade pública	
5.1 - Valor da produção industrial por gênero de indústria	- Mensal
5.1 - Valor da produção industrial por grupo de indústria	- Anual
5.2 - Produção física de artigos selecionados	- Mensal e Anual

	Periodicidade
5.3 - Despesas de consumo - e principais "diversas des- pesas" -	Mensal Anual
5.4 - Estoque de produtos acabados e de matérias-primas -	Mensal e Anual
5.5 - Formação bruta de capital, por indústria e tipo de bens, com a distinção entre bens produzidos no país e bens importados -	Anual
5.6 - Projetos em execução e com execução programada -	Semestral ou Anual
6. Comércio atacadista, varejista e serviços	
6.1 - Vendas e receitas auferidas, por grupo de atividade -	Mensal e Anual
6.2 - Estoques das mercadorias des- tinadas à venda -	Mensal
6.3 - Preços de venda nos atacadis- tas e varejistas, de mercado rias selecionadas -	Mensal
7. Transportes - Aspectos comuns aos transportes marítimo e fluvial, ae- reo, ferroviário e rodoviário	
7.1 - Quantidade, potência e capa- cidade da frota, segundo o ramo de transporte e o tipo do veículo -	Anual
7.2 - Passageiros e tonelagem trans- portados, segundo o ramo de transporte e a natureza da linha (navegação interior, ca- botagem e longo curso; aéreo: linhas domésticas e linhas internacionais; ferroviário: ton/km e passageiros/km por sistemas ou redes; rodovia- rio: local e interestadual) -	Mensal ou tri- mestral
7.3 - Formação de capital, por ti- po de bens -	Anual
8. Comércio exterior	
8.1 - Quantidade e valor das merca- dorias importadas e exporta- das, por procedência e desti- no -	Mensal
9. Moeda e crédito	
9.1 - Balanços das instituições de crédito, por categoria dos estabelecimentos -	Mensal

	Periodicidade
9.2 - Empréstimos e descontos, segundo a atividade econômica dos beneficiários e a categoria do estabelecimento bancário	- Trimestral
9.3 - Montante dos haveres oficiais e bancários em ouro e divisas (expressas em moeda estrangeira)	- Trimestral
9.4 - Taxas de câmbio	- Diária
9.5 - Balanço das companhias de seguro e de capitalização ..	- Anual
 10. Finanças Públicas	
10.1 - Classificação econômica e funcional da receita e despesa da União, Estados e Municípios	- Mensal e Anual
10.2 - Meios de pagamento	- Mensal
10.3 - Dívida pública	- Mensal
10.4 - Balanço consolidado das autarquias e das sociedades de economia mista	- Anual
 11. Ensino	
11.1 - Estabelecimentos de ensino e organização didática, por nível e dependência administrativa (ensinos de grau elementar, médios e superiores, mantidos pelos poderes públicos e por entidades privadas)	- Anual
11.2 - Movimento durante o ano letivo dos estabelecimentos de ensino por nível e dependência administrativa	- Anual
11.3 - Custo do ensino, segundo os níveis e a origem dos fundos públicos e privados ...	- Anual
 12. Saúde	
12.1 - Pessoal dos serviços de saúde (médicos, dentistas, enfermeiras, parteiras)	- Anual
12.2 - Número de leitos dos hospitais segundo destinação e entidade mantenedora	- Anual

- 12.3 - Movimento de pacientes, segundo características individuais e tipo de moléstia ou acidente - Anual

B - ESTATÍSTICAS SECUNDÁRIAS

1. Índice de preços
 - 1.1 - Custo de vida
 - 1.2 - Preços por atacado
 - 1.3 - Preços recebidos e pagos pelos agricultores
2. Transação com o exterior
 - 2.1 - Balanço de pagamentos
 - 2.2 - Índices de quantum
 - 2.3 - Índices de preços
3. Contas nacionais e outros tipos de contabilidade social
 - 3.1 - Contas nacionais
 - 3.2 - Tabela de insumo-produto
4. Índices de produção física
 - 4.1 - Agricultura
 - 4.2 - Indústria
 - 4.3 - Serviços
5. Balanços do sistema monetário
6. Balanço alimentar
7. Comércio interestadual por vias internas e de cabotagem.

Discutido na reunião de 20.11.62, do Grupo de Reorganização das Estatísticas Nacionais, COPLAN - Decreto nº 1.283, de 25.6.62.